

Comissão de Orçamento faz triagem de obras irregulares

Investigação terá como base documento entregue a Renan Calheiros pelo presidente do Tribunal de Contas e prevê a checagem de verbas incluídas no projeto da lei orçamentária de 96



Comissão de Relações Exteriores aprecia o requerimento manifestando desacordo com os testes nucleares

O Orçamento de 96 poderá excluir 133 obras taxadas como irregulares em relatório do Tribunal de Contas da União, entregue ontem ao presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), pelo presidente em exercício do TCU, ministro Homero Santos. Outras 338 obras também foram classificadas como irregulares, mas não constam do projeto de lei orçamentária para o próximo ano que tramita no Congresso Nacional.

Segundo Renan Calheiros, o documento passará por uma triagem para se identificar a causa da irregularidade de cada uma dessas obras constantes do projeto de lei orçamentária. As obras que apresentarem irregularidades graves, como superfaturamento, poderão ter sua dotação orçamentária cancelada e remanejada para outras consideradas prioritárias pela Comissão.

Calheiros explicou que o relatório não está completo, pois ainda faltam informações solicitadas aos Tribunais de Contas estaduais. Mas assim mesmo o documento foi entregue à Comissão Mista de Orçamento devido à urgência dos prazos para a votação do Orçamento de 96.

Mauro apóia reforma da administração

Depois de afirmar que há uma tentativa no país de confundir a opinião pública sobre a reforma administrativa proposta pelo governo, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) disse ontem que as mudanças vão beneficiar a coletividade.

Para Mauro, só quem desconhece as dificuldades vividas pelas prefeituras pode acreditar que a reforma permitirá a perseguição de servidores públicos. "Quem tem medo da reforma?", interrogou. O senador disse que só receiam a reforma os grupos privilegiados que vivem às custas do serviço público.

Comissão aprova voto contra testes nucleares

Requerimento solicitando que o Senado expresse seu desacordo à retomada dos testes nucleares pela China e pela França foi aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). A decisão será submetida ainda à deliberação do plenário da Casa.

O senador Bernardo Cabral (PP-AM), vice-presidente da

CRE, informou, durante a reunião, que convidou o embaixador da França no Brasil, Philippe Lecourtier, para falar, no próximo dia 26, perante a comissão, sobre as experiências nucleares que seu país vem realizando.

A autora do requerimento, senadora Benedita da Silva (PT-RJ) argumenta que "os testes nucleares subterrâneos agem alterando as condições do meio ambiente".

— NESTA EDIÇÃO —

Ademir quer mudar verba para dívida

Página 3

Senado disciplina compras

Página 2

Senado disciplina regime de compras

FGV monta sistema de pesquisa de preços de centenas de produtos e serviços, que servirá de referência na hora em que a administração da Casa for comprar ou contratar

Homenagem a Zumbi é aprovada

Em homenagem ao tricentenário da morte do líder negro Zumbi, o Senado aprovou ontem, por unanimidade, projeto de lei que institui o ano de 1995 como o "Ano Zumbi de Palmares".

De acordo com o projeto, que ainda depende de apreciação da Câmara, o Ministério da Cultura será incumbido de coordenar uma programação alusiva ao homenageado, ficando também declarada como data nacional o dia 20 de novembro de 1995.

O projeto ainda autoriza os Correios a emitir selo comemorativo.

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) deu início nesta semana a pesquisa de preços de mercado de centenas de produtos e serviços adquiridos regularmente pelo Senado. Inédita na administração pública federal, a medida deverá representar substancial economia nas aquisições.

O sistema de preços referenciais será atualizada men-



Odacir Soares

salmente pela FGV, o que vai implicar o disciplinamento do regime de compras do Senado, tendo sempre como parâmetro os valores pesquisados no mercado pela fundação. "Com a medida, o Senado assumiu posição de liderança no combate à corrupção no serviço público", afirmou o senador Odacir Soares (PFL-RO), primeiro-secretário da Casa.

Começa segunda etapa da reforma

O Senado Federal iniciou ontem a segunda etapa do processo de reforma administrativa e política desencadeado no primeiro semestre deste ano. Pela manhã, foi realizada reunião de trabalho entre integrantes da Assessoria de Reforma e Modernização, coordenada pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), e consultores da Fundação Getúlio

Vargas (FGV).

A parceria entre o Senado Federal e a FGV vai permitir uma análise mais detalhada dos dados coletados na primeira fase (de diagnóstico) da reforma, aferindo as reais necessidades de cada setor e permitindo a formulação de propostas de alterações nas áreas administrativa e política da instituição.

Júnia Marise destaca alcance da Voz do Brasil

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) afirmou ontem que tem recebido grande volume de correspondência de ouvintes da *Voz do Brasil* e fez



Júnia Marise

questão de elogiar especificamente a cobertura profissional coordenada pela Subsecretaria de Divulgação do Senado.

"Ao contrário do que se imagina, os trabalhos são acompanhados de Norte a Sul no país", salientou Júnia, ao destacar a importância da *Voz do Brasil*. Segundo ela, o programa permite que as atividades do Senado Federal alcancem repercussão nacional.

Agenda

HOJE PRESIDENTE

Senador José Sarney

9h - Preside Sessão não deliberativa do Senado.
12h30 - Recebe editores de jornais norte-americanos.

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado
COMISSÕES

8h - Comissão Especial de Obras Inacabadas
Pauta: Visita obras inacabadas em Boa Vista e Manaus.

PRÓXIMA SEMANA PLENÁRIO

Segunda-feira (23.10.95)

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado.

Terça-feira (24.10.95)

15h30 - Votação em primeiro turno da "PEC nº 12/95, que cria o Conselho Nacional de Justiça, e dá outras providências.

Quinta-feira (26.10.95)

15h30 - Primeiro dia de discussão, em segundo turno, das "PECs nº 39/95, que flexibiliza o monopólio estatal do petróleo, e nº 40, que dispõe sobre a instituição de contribuição para financiamento da saúde.

COMISSÕES

Terça-feira (24.10.95)

9h - CPI da Mineração

Pauta: Depoimentos do diretor da Consult, João Baptista de Carvalho Athaide; dos ex-governadores de Mato Grosso, José Fragelli, e de Mato Grosso do Sul, Pedro Pedrossian; do advogado, Salomão Amaral; e do diretor da Leasecorp, Gilberto Duarte Prado. Local: Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Matérias de competência da comissão. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

11h - Comissão Encarregada das Homenagens a Zumbi

Pauta: Ainda não definida. Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão do Vale do São Francisco

Pauta: Exposição do ministro do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Gustavo Krause. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

19h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Exposição do ministro do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Gustavo Krause, sobre as relações Sipam e as ações do Ibama/Defesa Civil. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

Quarta-feira (25.10.95)

9h - CPI da Mineração

Pauta: Depoimentos do ex-governador de Mato Grosso, Jaime Campos; do ex-diretor da Urucum Mineração, Ernesto França Barreto; do ex-diretor de Desenvolvimento Social da Urucum Mineração, Amando Lacerda; do Geólogo, Max Salustiano de Lima, e do deputado estadual de Mato Grosso Wilson Santos. Local: Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Rádio e TV

Pauta: Exposição do diretor da Net do Brasil, Antônio Ataíde. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

Quinta-feira (26.10.95)

10h - Comissão de Educação

Pauta: Exposição do ministro da Educação, Paulo Renato Souza. Local: Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Exposição do ministro da Agricultura, José Eduardo Andrade Vieira, sobre as relações entre o Sivam e os programas agrícolas. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

Ademir quer mudar destinação de recursos da dívida pública

Emenda suprime três palavras que, segundo o senador, foram incluídas indevidamente na fase de redação final da Constituição em 88



Sebastião Rocha

Indenização à Eletronorte

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) defendeu ontem o resgate da capacidade de investimento da Eletronorte como solução para o problema de abastecimento de energia em Manaus e Macapá e para a criação de um sistema interligado entre Tucuruí com as usinas de Cachoeira Porteira e Balbina.

O senador apresentou projeto de lei que obriga a União a ressarcir a Eletronorte dos custos que recaíram sobre a empresa, decorrentes dos subsídios concedidos às empresas localizadas na Amazônia Legal que utilizam intensivamente energia elétrica.

Comissão vê obras no Acre

Acre precisa de R\$ 220 milhões para concluir três obras paralisadas: o canal da Maternidade, uma estação de tratamento de água e a BR-364, conforme apurou ontem, em visita ao estado, uma delegação da Comissão de Obras Inacabadas. A importância do trabalho realizado pela comissão foi ressaltada pela senadora Emília Fernandes (PTB-RS), que participou da comitiva.

A senadora caracterizou as atividades desenvolvidas como um marco dentro da ação fiscalizadora exercida pelo Senado, no cumprimento de suas atribuições constitucionais. Segundo Emília, a comissão quer passar para a sociedade o espírito da responsabilidade coletiva, fazendo com que toda a comunidade auxilie o trabalho dos parlamentares na fiscalização.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) propôs emenda à Constituição para alterar o dispositivo que impede os parlamentares de anular despesas orçamentárias destinadas ao pagamento das dívidas interna e externa. O senador argumentou que as três palavras do dispositivo que ele quer suprimir "foram inexplicavelmente inseridas na fase de redação

final da Constituição de 1988" e que elas visam garantir "proteção aos banqueiros nacionais e internacionais".

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PP-AM) disse que é "muito difícil que o item tenha sido incluído na redação final". No entanto, declarou, ele se esforçará para esclarecer a questão e solicitará ao Prodasem um levantamento de

toda a tramitação do dispositivo na Constituinte.

Os senadores Coutinho Jorge (PMDB-PA) e Lauro Campos (PT-DF) registraram seu apoio à proposta de Ademir. Josaphat Marinho (PFL-BA), por sua vez, sugeriu que, caso acreditasse, Ademir Andrade deveria recorrer a uma sessão espírita para esclarecer o mistério por ele alegado.

Dutra e Suplicy estranham atitude de Fernando Henrique

Os senadores petistas José Eduardo Dutra (SE) e Eduardo Suplicy (SP) qualificaram como "muito estranha" a atitude do presidente da República de ameaçar a bancada governista no Congresso com a demissão de cargos públicos daqueles que não apoiarem a reforma administrativa proposta pelo governo.

Segundo José Eduardo Dutra, a independência do Congresso foi colocada em xeque por um presidente que "nega a sua biografia". No seu entender Fer-

nando Henrique repete Fernando Collor ao fazer uso da prática do "é dando que se recebe". Criticou ainda o ataque feito por FHC ao presidente da Comissão de Justiça (CCJ) da Câmara, deputado Roberto Magalhães, por este ter manifestado posição contrária ao projeto original do governo.

Eduardo Suplicy disse que Fernando Henrique não está se comportando como o sociólogo que foi um dos fundadores do PSDB, partido que prima em seu ideário pelas ações democráticas.



Romero Jucá

Jucá defende fortalecimento do Basa

O senador Romero Jucá (PFL-RR) voltou a defender o fortalecimento do Banco do Estado da Amazônia (Basa), ao criticar a posição do governo no sentido de desmobilizar o banco, tornando-o "mero operador do fundo constitucional do Norte, o FNO".

Segundo Jucá, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deverá investir R\$ 1 bilhão na Amazônia e esta é uma oportunidade de o Basa retomar a sua finalidade de gerenciar recursos destinados à região.

Em apoio a carta enviada pela Associação dos Empregados do Basa à bancada amazônica, Romero Jucá propôs o aumento do capital social do banco e que este assumira a gerência dos recursos destinados ao Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia).

Adiada decisão sobre parcelamento

O Senado adiou para o próximo dia 25 a votação do projeto de lei da Câmara que autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelos empregadores em geral.

Na mesma sessão, foi aprovado requerimento do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) para a criação de uma comissão temporária, composta de 11 titulares e 11 suplentes, para estudar a reforma tributária.

Sarney recebe diretoria da Mangueira

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a diretoria da Escola de Samba da Mangueira, que terá como tema de seu próximo carnaval o estado do Maranhão, através do enredo "Os tambores da Mangueira na terra da encantaria".

A cantora Alcione, que é maranhense e desfila na escola, apresentou ao senador o presidente da Mangueira, Elmo José dos Santos, que veio acompanhado de mais dois diretores, além de dona Zica e dona Neuma.

Suassuna esclarece denúncia

A transferência de "apenas" 400 cruzeiros do colégio Anglo-Americano sediado no Brasil para a mesma instituição de ensino no Paraguai, em 1991, foi uma transação lícita, afirmou ontem o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), ao criticar a atitude da imprensa "que divulgou informações indevidas sem aguardar esclarecimentos oficiais".

Ney Suassuna ressaltou que na lista divulgada pela imprensa contendo os nomes das empresas suspeitas de transferirem dinheiro para o exterior, somente o seu nome foi citado, como proprietário do colégio. "Segredo de justiça não pode ser divulgado", enfatizou, lembrando que apresentou certidão de afastamento da administração da sua empresa quando tomou posse no Senado. Os senadores Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) e Humberto Lucena (PMDB-PB) manifestaram apoio a Suassuna.

Alcântara destaca 86 anos do Dnocs

Em seus 86 anos, que se completam no sábado, o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs) construiu 295 grandes barragens, perenizou 3.200 quilômetros de rios, construiu 25 mil poços e hoje administra 396 açudes públicos. O registro foi feito em discurso pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que informou da disposição do governo de reestruturar o Dnocs nos próximos meses.

Solução para endividamento da agricultura exclui os desvios

Francelino diz que acordo entre governo e parlamentares prevê sete anos para pagamento, mas não beneficia quem praticou ação dolosa

Os entendimentos entre a Frente Parlamentar da Agricultura e o governo federal para resolver o problema do endividamento agrícola pressupõem no mínimo sete anos de prazo para pagamentos de dívidas de crédito rural até R\$ 200 mil. Acima



Francelino Pereira

desse valor, o produtor poderá securitizar o mesmo montante, desde que renegocie o saldo total da dívida. Este é um dos pontos que integram o documento que estabelece as bases em que será feito o acordo sobre as dívidas dos produtores rurais, conforme detalhou ontem o senador Francelino Pereira (PFL-MG).

Os produtores que praticaram desvio de crédito ou qualquer outra ação dolosa estão excluídos do protocolo, enfatizou o senador. Ele esclareceu que o prazo básico de renegociação das dívidas é de sete anos, incluindo um ano de carência, à taxa anual de 3% de juros.

desse valor, o produtor poderá securitizar o mesmo montante, desde que renegocie o saldo total da dívida. Este é um dos pontos que integram o documento que estabelece as bases em que será feito o acordo sobre as dívidas dos produtores rurais, conforme detalhou ontem o senador Francelino Pereira (PFL-MG).

Freitas pede manutenção de programa

O senador Freitas Neto (PFL-PI) pediu ontem ao ministro do Planejamento, José Serra, que não deixe de negociar com uma equipe do Banco Mundial que se encontra em Brasília a continuidade do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste.

O programa foi apontado

pelo senador como o mais democrático e de maior sucesso na região, e se destina a financiar pequenas obras de eletrificação rural, perfuração de poços, estradas e compra de máquinas. "Ele é hoje praticamente o único programa de financiamento aos pequenos agricultores", afirmou.

Íris prevê recorde em comissão

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) deverá apreciar este ano maior número de proposições do que em toda a legislatura anterior (1991/94). A previsão é do presidente da comissão, senador Íris Rezende (PMDB-GO).

"Desde que assumi a presidência, a Comissão só deixou de deliberar, por falta de quórum, uma única vez", disse.

Íris destacou que, apesar de neste semestre já terem sido concluídas apreciação de até 14 proposições numa única reunião, ainda restam cerca de 40 matérias em análise e outras 100 proposições deverão ser encaminhadas ao exame da CCJ ainda este ano.



Íris Rezende

Amin repele acusação de jornalista

O senador Esperidião Amin (PPR-SC) afirmou ontem que artigo do jornalista catarinense Paulo da Costa Ramos sob o título "Fatos novos, senador", veiculado nos principais jornais do país, é "matéria paga" e tem o objetivo de intimidá-lo a não continuar a fazer denúncias sobre corrupção no governo do estado. No artigo, o senador é acusado de "estrelismo" e criticado por considerar um

negócio escuso a obra da ponte Pedro Ivo Campos.

Amin suspeita que por trás da iniciativa "esteja o inconformismo do atual presidente do PFL, Jorge Bornhausen, que não perdoa a minha indicação do então senador José Paulo Bisol para a CPI do caso PC Farias". Os senadores Antonio Carlos Magalhães (BA) e Francelino Pereira (MG) defenderam o presidente do PFL.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
 Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
 Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida
 Diagramação - Alcemar Coelho e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo e Múrcia Kalume ■ Revisão - Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.